CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PROCESSO CEE: 3220/80 (PROC.DRERP: 4697/80)
INTERESSADO : SÉRGIO PASSALACQUA
ASSUNTO : RECONSIDERAÇÃO DO PARECER CEE: 709/81
RELATOR : CONSº ROBERTO RIBEIRO BAZILLI
PARECER CEE : 1394 /81 - CESG - APROVADO EM 02 / 9/81

1 - R E L A T Ó R I O

1. HISTÓRICO

1.1. SÉRGIO PASSALACQUA , por intermédio de sua procura dora, Dra. Maria Helena Braga Monte Serrat, solicita a reconsideração do Parecer CEE nº 0709/81, cuja conclusão foi a seguinte:

" Nega-se ao aluno SÉRGIO PASSALACQUA equivalência ao primeiro semestre da 2a. série do 2º grau dos estudos que realizou no período de 03.03.1980 a 22.05.1980, na Escola Secundária do Condado de Oldham ("Oldham County High School") nos Estados Unidos da América.

O interessado poderá matricular-se na 2a. série do 2º grau, excepcionalmente, ainda em 1981. Caso ainda não esteja matriculado, poderá fazê-lo até 8 dias da publicação deste parecer. Para fins de avaliação do aproveitamento e da freqüência, serão considerados, em caráter excepcional, os resultados obtidos a partir da matrícula."

1.2. O presente pedido embasa-se nos seguintes argumentos:

1.2.1. Inconformismo com a decisão do mencionado Parecer;

1.2.2. O prazo do pedido demonstrando, que longe de incúria, houve diligência e rapidez por parte do interessado em providenciar os documentos necessários à instrução do protocolado:

1.2.3. Os objetivos da viagem realizada através do Anglo Americano Intercâmbio Cultural, cujos programas são organizados com a finalidade de propiciar aos participantes aquisição de conhecimentos, "in loco", "dos diferentes sistemas de vida, cultura e organização social", (fls. 54);

PROCESSO CEE: 3220/80 PARECER CEE: 1394 /81 fls.02

1.2.4. Precauções do CEE , no que tange ao assunto em pauta, ao publicar a Deliberação CEE 17/80, que estabelece normas para o reconhecimento da equivalência de estudos feitos no exterior, lamentando o fato de que a viagem do epigrafado se deu antes da edição da referida Deliberação;

1.2.5. Aprimoramento cultural verificado pela matrícula e freqüência do aluno no ELS LANGUAGE CENTER - Curso intensivo de inglês para programas de cooperação (cf. doc. fls. 57), traduzindo a preocupação de mesmo "em integrar-se oficialmente na nova escola para obter real aproveitamento dos estudos desenvolvidos em língua na qual não estava com os ouvidos acostumados..."(fls.: 42) :

1.2.6. Acatamento ao CEE declarando que, dentro do prazo concedido, matriculou-se na 2a. série do 2º grau, acrescentando , ainda, que se encontra freqüentando, com êxito, o Curso preparatório aos Vestibulares do "Coc - Colégio e Curso Oswaldo Cruz", comprovando "seu grau de desenvolvimento e capacidade de aprendizagem" (fls. 42);

1.2.7. Casos congêneres, destacando outros pronunciamentos deste Colegiado, na solução de casos análogos, cujas conclusões foram tidas como "menos drásticas" , se comparadas com a presente situação Por ex.: Parecer CEE 393/80 (fls. 43);

1.2.8. O Parecer CEE nº 1185/80, "relatado pela douta Conselheira Maria Aparecida Tamaso Garcia", citando, do mesmo, os trechos favoráveis "aos objetivos deste Recurso " (fls.44);

1.2.9. A palavra do MEC, mencionando a obra "Programa e Recuperação", procurando ressaltar, com isto, que os estudos feitos pelo discente devem ser aproveitados (fls.45); e, do mesmo livro.

1.2.10. Avaliação e Promoção, reforçando a fundamentação citada nº item anterior (fls. 47).

1.3. - Após a minuciosa e exaustiva exposição de motivos, o Recorrente pede e espera seja modificada a conclusão do Parecer CEE: 769/81, no sentido de:

1.3.1. "serem recomendadas medidas hábeis para a complementação e/ou suplementação dos estudos de Sérgio Passalacqua, relativos ao 1º semestre do 2º ano do 2º grau;

1.3.2. serem reconhecidos e convalidados os resultados das provas de aproveitamento feitas no 2º semestre de 1980 (2a.série do 2º grau) e neste ano de 1981 (3a. série do 2º grau);

1.3.3. ser permitido o seu retorno, ainda este ano, para a terceira série que já estava cursando (doc. 2 fls. 52), de sorte que possa, Sérgio Passaloqua terminar, em 1981, o seu curso de 2º grau, e empreender esforços para galgar o almejado curso superior;

1.3.4. ser considerada a freqüência para o 3º ano, a partir de 19.05.81, no 3º ano Preparatório do Curso Oswaldo Cruz (doc. 8 - fls. 60), bem como convalidadas as suas notas e demais atos escolares necessários", (fls. 49 e 50).

2. APRECIÇÃO

O pedido de reconsideração, apesar de prolixo, muito pouco acrescenta no mérito, como será demonstrado nesta apreciação. Divaga-se em argumentações paralelas ao caso e não entra no mérito do parecer recorrido, ou seja, pouco se fala quanto ao curto período freqüentado na escola americana (de 03.03 a 22.05.80) e nada adiciona no que se refere ao elenco das disciplinas cursadas e respectivos créditos obtidos.

Não obstante, vamos apreciar os vários itens expostos pelo recorrente:

O prazo do pedido - Preocura-se o recorrente em demonstrar que este relator teria emitido o parecer recorrido, como o fez, por ter entendido que teria agido com incúria.

Esta é a dedução do próprio recorrente; em nenhum momento da apreciação constante no parecer 709/81 este relator considerou o prazo como condição para a conclusão a que chegou. Aliás sequer foi feita menção na apreciação.

A frase no histórico: "A presente solicitação, requerida somente a 10.09.80"... nada tem com o mérito da questão, tanto assim que foi totalmente desprezado este fato, por ocasião da apreciação.

Os objetivos da viagem - Nada acrescenta no que se refere à equivalência de estudos, e, inclusive, parte do ingênuo pressuposto de que os Senhores Conselheiros desconhecem o que seja um programa de intercâmbio cultural, tão comum e familiar a este Colegiado.

Precauções do CEE - Reporta-se à Deliberação CEE: 17/80, sem também adicionar qualquer argumento de mérito mas sim explicações que só servem para confirmar a realidade dos fatos, ou seja, de que o recorrente efetivamente freqüentou a escola estrangeira no período de 03.03 a 22.05.80, que foi por nós considerado um curto período de freqüência.

Aprimoramento Cultural - Apresenta o fato de ter o recorrente se matriculado no Els Language Center (curso intensivo de inglês), o que é relevante para o aluno em si, mas que também nada tem a ver com a equivalência dos estudos formais por ele realizados.

Acatamento ao CEE - O aluno recorrente se matriculou na série devida e recomendada no parecer recorrido, concomitantemente com o curso preparatório aos Vestibulares do Colégio "Oswaldo Cruz", em nível de 3ª. série. Também neste item, o recorrente não traz qualquer elemento no que diz respeito ao mérito da questão.

Casos Congêneres - Cita o recorrente pareceres dos companheiros e conselheiros Renato Alberto T. Di Dio ("in" Voto Vencido parecer 393/80) e Maria Aparecida Tamaso Garcia (parecer 1185/80). Com relação ao parecer 1185/80, o recorrente não o entendeu. Diz respeito ao processo de adaptação em si, em decorrência de transferência; matéria e enfoque diversos do assunto tratado no parecer recorrido.

Com relação ao parecer 393/80, realmente aqui vale a pena - consignar que o Sr. Conselheiro, em seu Voto Vencido, também não aceitou os estudos feitos no exterior como equivalentes e propugnou pela prestação de exames especiais, solução possível de ser considerada neste caso.

Palavra do MEC - Novamente aqui nada de concreto se aduz ao presente caso. Os trechos dizem respeito à promoção e reprovação, com considerações de filosofia educacional não pertinentes à problemática de equivalência de estudos.

Epílogo - Neste item o recorrente cita trecho do parecer nº 1442/79, de autoria do Conselheiro Di Dio, que vale a pena ser transcrito:

"As decisões do Conselho não têm sido discrepantes ou incoerentes, mesmo porque, num exame casuístico, se verifica que as peculiaridades de cada histórico curricular conduziram à solução correspondente. Ademais, mesmo que tenham sido defendidas teses confli-

tantes, é mister salientar que, ao longo tempo, a orientação de um Colegiado evolui. Trata-se de fenômeno normal, de que é exemplo a jurisprudência dos tribunais. Essa mudança gradual não significa incongruência. É antes um sinal salutar da vitalidade, de aperfeiçoamento, de progresso".

Como se constata da simples leitura dos vários itens do resumo apresentado, muito se falou e de objetivo nada se adicionou.

O período freqüentado pelo recorrente é mesmo de, somente, dois meses e vinte e dois dias.

As disciplinas cursadas foram as seguintes: História dos Estados Unidos, Ping-Pong, futebol americano e "soft ball", Geografia Geral, Álgebra e Biologia, todas com zero crédito. Cursou também inglês preparatório para faculdade, com um crédito. Portanto, de aproveitamento, somente teve crédito em inglês. No sistema de ensino do Brasil, o não aproveitamento daria ao aluno a condição de reprovado. E neste aspecto, que é o âmago da questão, o recurso ~~nada~~ poderia ter trazido de novo, pois que o recorrente realmente não fez jus a créditos, talvez por não ter freqüentado o período normal de estudos.

Devo, ainda, alertar o recorrente para outro lamentável equívoco em que, parece, poderá incorrer. Refiro-me ao seu 3º ano de 2º grau. Nota-se pelos termos do recurso que, no dia 13.05 voltou a freqüentar a 2a. série do 2º grau (fls.59) e no dia 19.5.81 o curso preparatório aos vestibulares (fls. 60).

Tal fato em principio nada tem de anormal, pois que o preparatório a vestibular é curso livre. Não obstante, o que se constata pelos termos do recurso (pedido de fls.50, letra "d"; "ser considerada a freqüência para o 3º ano, que vem apresentando a partir de 19.5.81, no 3º ano preparatório do curso Oswaldo Cruz, ...'), o recorrente freqüenta curso preparatório de vestibular, que pretenda seja reconhecido como 3a. série de 2º grau.

Uma coisa é um curso preparatório a vestibular e outra é um curso de 2º grau. O primeiro visa, como o próprio nome diz, criar condições para que o jovem se submeta ao processo seletivo do vestibular, sem compromissos maiores com a formação do aluno; já no segundo, os estudos em nível de 2º grau, tem outro objetivo, ou seja, o de dar uma formação básica ou técnica ao jovem. O conhecido "cursinho" visa à aprovação, ao ingresso no ensino de 3º grau e quase sempre direcionando os seus estudos, sobretudo a in-

tensidade do conteúdo programático, para a área do conhecimento que o vestibulando visa a freqüentar no ensino superior, Já no ensino de 2º grau, dosam-se os conteúdos programáticos de acordo com uma filosofia educacional, consubstanciada nas diretrizes normativas expedidas pelos Conselhos Federal e Estaduais de Educação.

Jovem recorrente, além de prejudicial à sua formação, não é legal a sua pretensão deduzida na letra "d" do seu arrazoado. Preocupe-se com a sua formação; o ingresso na Universidade, pulando etapa fundamental na sua formação, por certo, não lhe será benéfico.

Esse fato constatado nos autos não pode ser desconhecido pelos responsáveis pela fiscalização do sistema educacional de São Paulo. Assim, deve a Secretaria da Educação proceder a uma inspeção na Escola de 1º e 2º graus "Oswaldo Cruz", de Ribeirão Preto, a fim de que se verifique o fato apontado pelo recorrente e ora exposto neste relatório, remetendo relatório a este Colegiado.

I I - C O N C L U S ã O

1. À vista do constante nestes autos, nega-se provimento ao recurso impetrado por SÉRGIO PASSALACQUA, por não haver equivalência dos estudos que realizou no período de 03.03 a 22.05.81, na Escola Secundária do Condado de Oldham, nos Estados Unidos da América, ao primeiro semestre da 2a. série do 2º grau.

Remeta-se cópia deste Parecer à Secretaria de Estado da Educação para as providências.

CESG, em 29 de julho de 1981.

a) CONSº ROBERTO RIBEIRO BAZILLI /Relator

I I I - DECISÃO DA CÂMARA

A CÂMARA DO ENSINO DO SEGUNDO GRAU adota como seu Parecer o VOTO do Relator.

Presentes os nobres Conselheiros: Pe. Antônio Ferreira da Rosa Aquino, Bahij Amin Aur, José Augusto Dias, José Maria Sestillo Mattei, Maria Aparecida Tamaso Garcia e Roberto Ribeiro Bazilli.

Sala das Sessões, em 29 de julho de 1981.

a) CONSº JOSÉ AUGUSTO DIAS
PRESIDENTE

IV - DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO aprova, por Unanimidade, a decisão da Câmara do Ensino do Segundo Grau, nos termos do Voto do Relator.

sala "Carlos Pasquale", em 2 de setembro de 1981

a) Consº. MOACYR EXPEDITO M. VAZ GUIMARÃES
Presidente